



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

LICITAÇÃO ELETRÔNICA - P.E. N° 12/2021

PROCESSO N° 0417-000507/2017

LICITAÇÃO COM TODOS ITENS EXCLUSIVOS PARA ENTIDADES PREFERENCIAIS

OBJETO: Aquisição de equipamentos de saúde para qualificar os atendimentos realizados aos adolescentes do sistema socioeducativo que se encontram nas unidades de Atendimento Inicial, unidades de internação e unidade de internação provisória, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

### DADOS DO PREGÃO ELETRÔNICO

MODO DE DISPUTA: **COMBINADO – ABERTO/FECHADO**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

DATA DE ABERTURA: 11/08/2021

HORÁRIO: 14:00 H (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

CÓDIGO UASG: 927507

VALOR ESTIMADO: R\$ 109.843,11 (cento e nove mil oitocentos e quarenta e três reais e onze centavos)

O Distrito Federal, representado pelo(a) SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL (SEJUS-DF), torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO, para aquisição do objeto especificado no Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela(s) Lei(s) n° 10.520/2002, pelo Decreto Federal n° 10.024/2019, recepcionado no DF pelo Decreto distrital n° 40.205/2019, pela(s) Lei(s) do DF n° 4.611/2011, n° 5.448/2015, n° 5.575/2015, pela Lei Complementar n° 123/2006, pelos Decretos distritais n° 36.520/2015, 35.592/2014 e 26.851/2006 e alterações posteriores, pelo Parecer Referencial n° 10/2020-PGCONS/PGDF que aprova a presente minuta e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/1993, além das demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) servidor(a) Percival Bispo Bizerra, denominado Pregoeiro(a), conforme Portaria n° 161, de 02 de março de 2021, e sua equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: receber, examinar e decidir as impugnações e pedidos de esclarecimento ao Edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

### 1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos de saúde para qualificar os atendimentos realizados aos adolescentes do sistema socioeducativo que se encontram nas unidades de Atendimento Inicial, unidades de internação e unidade de internação provisória, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

### 2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da(s) futura(s) contratação(ões) do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da SEJUS-DF;

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA – U.O 44.908 - Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	NATUREZA	FONTES	SUBITEM
	14	243	6211	VIDE ABAIXO(*)	100	Diversos, conforme descrito no Despacho, I.D 41256127.
	FUNCIONAL E PROGRAMÁTICA					
	14.243.6211.2461.0004 - Apoio às Ações Intersetoriais de Proteção Especial de Crianças e Adolescentes - FDCA					
VALOR – NATUREZA 33.90.30 (*)	R\$ 21.670,49 - Vinte e um mil seiscentos e setenta reais e quarenta e nove centavos (Material de Consumo)					
VALOR – NATUREZA 44.90.52(*)	R\$ 91.201,29 - Noventa e um mil duzentos e um reais e vinte e nove centavos (Material Permanente).					

### 3. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

3.1. Os documentos que integram o Edital serão disponibilizados no sistema Comprasnet ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e na página da SEJUS-DF ([www.sejus.df.gov.br](http://www.sejus.df.gov.br)).

### 4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. A impugnação ao presente Edital e seus anexos deverá ser dirigida ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail [cpl@sejus.df.gov.br](mailto:cpl@sejus.df.gov.br).

4.2. A impugnação deve estar devidamente identificada (CNPJ, razão social, nome do representante legal e comprovação de poderes para representar a impugnante, se pessoa jurídica, e nome completo e CPF, se pessoa física).

4.3. Apresentada a impugnação, caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

4.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, podendo ser concedido o efeito suspensivo por ato do Pregoeiro, devidamente motivado nos autos do processo.

4.5. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4.6. A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, enviar sua PROPOSTA, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão.

4.7. Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus anexos deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail [cpl@sejus.df.gov.br](mailto:cpl@sejus.df.gov.br).

4.8. Os pedidos de esclarecimentos deverão estar devidamente identificados (CNPJ, razão social, nome do representante legal e comprovação de poderes para representar a peticionante, se pessoa jurídica, e nome completo e CPF, se pessoa física).

4.9. Apresentado pedido de esclarecimento, o Pregoeiro, auxiliado pela unidade requisitante, decidirá sobre a petição, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

4.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

4.11. As impugnações e esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro diretamente aos peticionantes e serão divulgados a todos os interessados através do Comprasnet ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) – no link correspondente a este Edital), e do site da SEJUS-DF antes da abertura da sessão, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

4.12. As impugnações e pedidos de esclarecimento entregues após às 17:00 h do último dia útil de prazo serão consideradas intempestivas.

4.13. Modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos Licitantes.

### 5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema Comprasnet, provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI - ME, por meio do sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto a SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão eletrônico.

5.4. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à SEJUS-DF, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

6.1. Poderão participar deste Pregão as empresas qualificadas como entidades preferenciais, conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicadas neste Edital:

6.1.1. Que estejam devidamente credenciadas no sistema Comprasnet, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), munidas de chave de identificação e de senha;

6.1.2. Que estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U. de 10 de janeiro de 2001 e art. 4º do Decreto Distrital nº 23.546/2003.

6.2. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETA OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO OU PARTICIPAR DO CONTRATO DELA DECORRENTE:

6.2.1. Servidor público, ativo ou inativo, da SEJUS-DF;

6.2.2. O autor do termo de referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

6.2.3. **As empresas:**

6.2.3.1. Declaradas inidôneas por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

6.2.3.2. Suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração do Distrito Federal, durante o prazo da sanção aplicada;

6.2.3.3. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

6.2.3.4. Que se encontrem em processo de dissolução, liquidação, falência, fusão, cisão ou incorporação;

6.2.3.5. Submissas a concurso de credores;

6.2.3.6. Que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

6.2.3.7. Que conste da relação de inidôneos disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU);

6.2.3.8. Cujo estatuto ou contrato social não incluam o objeto deste Edital;

6.2.3.9. Constituídas com o mesmo objeto e por qualquer um dos sócios e/ou administradores de empresas declaradas inidôneas, após a aplicação dessa sanção e no prazo de sua vigência, observando o contraditório e a ampla defesa a todos os interessados;

6.2.3.10. Isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6.2.3.11. Cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de:

- Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da Administração pública distrital; ou;
- Agente público cuja posição no órgão ou entidade da Administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação;

6.2.3.11.1. A vedação se aplica aos Contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

6.2.3.11.2. As vedações deste item estendem-se às relações homoafetivas.

6.3. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

6.4. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(ns).

6.5. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa), ao TCU (sistema de inabilitados e inidôneos) e no Portal Transparência ([www.portaltransparencia.gov.br/cnep](http://www.portaltransparencia.gov.br/cnep)), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública.

6.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, incluído o regime de que trata o art. 12 da citada Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica (parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.611/2011):

6.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

6.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior; De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

6.6.3. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

6.6.4. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

6.6.5. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

6.6.6. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

6.6.7. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

6.6.8. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

6.6.9. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

## 7. DA COTA RESERVADA PARA ENTIDADES PREFERENCIAIS

7.1. Por tratar-se de licitação com todos os itens exclusivos para entidades preferenciais, não haverá a cota reservada prevista no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006; do art. 26 da Lei distrital nº 4.611/2011 e no art. 2º, III, do Decreto distrital nº 35.592/2014.

## 8. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Após a divulgação do Edital os Licitantes deverão encaminhar a PROPOSTA INICIAL e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (**em formato pdf**) no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), consignando o valor global, bem como a descrição do objeto ofertado.

8.2. As propostas e os documentos de habilitação serão recebidos exclusivamente por meio do sistema eletrônico Comprasnet ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e de documentos.

8.3. No momento do envio da proposta e dos documentos de habilitação o Licitante deverá declarar por meio do sistema eletrônico em campo específico:

8.3.1. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;

8.3.2. De que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.3.3. Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

8.3.4. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.5. Que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da SLTI/ME;

8.3.6. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como de que está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar, no caso das Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP;

8.3.7. A assinalação do campo “não” na Declaração do subitem anterior apenas produzirá o efeito de a Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

- 8.4. As declarações mencionadas nos subitens anteriores serão conferidas pelo Pregoeiro na fase de habilitação.
- 8.5. Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa Licitante responderá administrativamente na forma do Decreto Distrital nº 26.851/2006.
- 8.6. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 9. DAS CONDIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

- 9.1. O Licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 9.1.1. Valor unitário e total para cada item ou grupo de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional (não serão admitidos valores superiores ao estimados por esta Administração, considerados para os itens separadamente e para valor total do lote);
- 9.1.2. Marca, modelo e fabricante de cada item ofertado;
- 9.1.3. Descrição detalhada do objeto indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 9.1.4. **Caso haja divergência entre a especificação constante no sistema Comprasnet e no Termo de Referência, prevalecerá este último.**
- 9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 9.3. Os quantitativos previstos no orçamento estimado pela Administração não poderão ser alterados pelo proponente.
- 9.4. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.
- 9.5. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante.
- 9.6. Ao cadastrar sua proposta no sítio do sistema Comprasnet o Licitante deverá fazer a descrição detalhada do objeto. Para o detalhamento deverá ser utilizado o campo "Descrição detalhada do objeto ofertado". Não serão aceitas descrições da proposta do tipo "conforme Edital".
- 9.7. A Licitante que registrar no campo "Descrição detalhada do objeto ofertado" qualquer informação que venha a identificar sua razão social ou nome fantasia terá sua proposta desclassificada antes da disputa de lances.
- 9.8. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o Licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

## 10. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

- 10.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro, apoiado pela Equipe de Apoio e por setores técnicos, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 10.2. A operacionalidade do sistema Comprasnet é de responsabilidade da SLTI/ME, junto a qual as Licitantes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 10.3. A participação na licitação na forma eletrônica dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da PROPOSTA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.
- 10.4. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema, Pregoeiro ou de sua desconexão.
- 10.5. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 10.7. No caso de desconexão, cada Licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.
- 10.8. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 10.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via chat, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou email;

10.10. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

10.11. Somente os Licitantes com propostas cadastradas participarão da fase de lances.

## 11. **DA ABERTURA DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE**

11.1. A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações e exigências mínimas constantes no Termo de Referência (Anexo I ao Edital).

11.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase competitiva.

11.5. Considerando a quantidade de itens, o modo de disputa será o ABERTO e FECHADO.

11.6. No modo de disputa ABERTO e FECHADO, a primeira etapa, ABERTA, terá duração de 15 (quinze) minutos.

11.7. Iniciada a etapa competitiva, os Licitantes classificados poderão encaminhar lances públicos, sucessivos e com preços decrescentes, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

11.8. Será permitida aos Licitantes a apresentação de lances intermediários durante a etapa aberta.

11.9. São considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio Licitante, quando adotado o julgamento pelo critério de menor preço.

11.10. Findo o prazo de 15 minutos, o sistema eletrônico Comprasnet encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances.

11.11. O tempo aleatório encerrar-se-á em até dez minutos, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.12. Encerrado o tempo aleatório, o sistema Comprasnet abrirá a oportunidade para que o autor da proposta de menor preço e os autores das ofertas subsequentes, dentro da margem de 10%, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições dentro da margem de 10%, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

11.14. Encerrado o prazo estabelecido para a formulação da proposta final fechada, o sistema ordenará os lances em ordem vantajosidade em relação ao menor preço.

11.15. Na ausência de lance final e fechado classificado na forma dos subitens 11.12. e 11.13., haverá o reinício da etapa fechada para que os demais Licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.16. Encerrada a etapa fechada reiniciada na forma do subitem anterior, o sistema ordenará os lances em ordem de vantajosidade em relação ao menor preço.

11.17. Na hipótese de não haver Licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, na forma do subitem 11.15.

11.18. Constatada a existência de empate ficto, proceder-se-á a seguinte fase de desempate:

11.18.1. O sistema convocará a ME/EPP para, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, encaminhar uma última oferta obrigatoriamente mais vantajosa que a proposta da primeira colocada.

11.18.2. Caso a ME/EPP não ofereça proposta mais vantajosa, o sistema convocará os Licitantes ME/EPP remanescentes que porventura se encontrem dentro da margem de preferência, seguindo-se a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

11.18.3. Na hipótese de não oferta de lance que desempate o procedimento licitatório, permanecerá a ordem de classificação anteriormente determinada.

11.18.4. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento do Licitante como ME/EPP.

11.19. Após o desempate de que tratam os subitens 11.18.1. a 11.18.4., caso persista o empate entre duas ou mais propostas, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens:

11.19.1. Produzidos no País;

11.19.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

- 11.19.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 11.19.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 11.20. Os critérios de desempate previstos nos subitens 11.19.1. a 11.19.4. serão aplicados caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.
- 11.21. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema Comprasnet dentre as propostas empatadas.

## 12. **DA NEGOCIAÇÃO DIRETA**

- 12.1. Após o encerramento da fase competitiva, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento.
- 12.2. É vedada a negociação com condições diferentes das previstas neste Edital.
- 12.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais Licitantes.

## 13. **DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 13.1. Encerrada a etapa competitiva e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar quanto ao preço e quanto ao atendimento das especificações.
- 13.2. O(s) Licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, após a negociação, deverá(ão) enviar no prazo 2 (duas) horas a contar da requisição do Pregoeiro via chat, a(s) Proposta(s) de Preços devidamente atualizada(s), em conformidade com o valor negociado ou o último lance ofertado.
- 13.3. A proposta ajustada será recebida exclusivamente por meio do sistema Comprasnet (opção "Enviar Anexo"), respeitado o limite do sistema eletrônico, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários.
- 13.4. A(s) proposta(s) atualizada(s) deverá(ão) ser lavrada(s) em língua portuguesa e deve(m) conter:
- Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual, Municipal e Distrital;
  - Preço unitário e total de cada objeto cotado, devendo estar inclusas nos preços ofertados todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto;
  - A indicação de uma única marca e modelo para cada objeto, sem prejuízo da indicação de todas as características do produto cotado, com especificações claras e detalhadas, inclusive tipo, referência, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente quando for o caso, observadas as especificações constantes no Anexo I deste Edital;
  - Prazo de validade da proposta, não devendo ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
  - Prazo de entrega conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital, contados da assinatura do Contrato ou do recebimento da Nota de Empenho, quando não houver a formalização do instrumento de Contrato;
  - Declaração expressa, de que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas relativas à entrega do(s) bem(ns) tais como embalagens, encargos sociais, frete, seguro, tributos e encargos de qualquer natureza que, direta ou indiretamente, incidam sobre o objeto da licitação;
  - Declaração de que a Licitante atende os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos no art. 7º da Lei Distrital nº 4.770/2012, conforme modelo constante do Anexo V. A declaração pode ser substituída por certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova, que ateste que a empresa cumpre com as exigências de práticas de sustentabilidade ambiental;
  - Memórias de Cálculo que, eventualmente, se fizerem necessárias.
- 13.5. Os dados inseridos na proposta, como correio eletrônico, número de telefone e fax, serão utilizados para a comunicação oficial entre o SEJUS-DF e a empresa, tanto na fase licitatória quanto na fase contratual.
- 13.6. Em nenhuma hipótese, o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazo de garantia e preço dos equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas as hipóteses destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pelo Pregoeiro.
- 13.7. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros aritméticos, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro.
- 13.8. Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.
- 13.9. Em consonância com o § 3º, art. 43, da Lei nº 8.666/1993, para fins de verificação/comprovação quanto ao atendimento das especificações contidas no Termo de Referência, o Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer ou

a complementar a instrução do processo, requerendo a remessa de folders, catálogos, prospectos técnicos, dentre outros que julgar cabíveis à análise objetiva dos produtos ofertados pelas Licitantes.

13.10. O Pregoeiro poderá, se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como aos órgãos requisitantes da compra do material objeto deste Pregão, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos produtos cotados, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória.

13.11. Não serão aceitas propostas que apresentem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, bem como propostas que apresentem valores globais e unitários acima do estimado.

13.12. Serão desclassificadas propostas que contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim entendidos:

13.12.1. Preços excessivos, quando os mesmos apresentarem valores superiores ao preço estimado pela Administração ou aos praticados pelo mercado;

13.12.1.1. A desclassificação por preços excessivos somente ocorrerá após a fase competitiva, caso a Administração não obtenha êxito na negociação direta.

13.12.2. Preços inexequíveis, quando os mesmos forem inferiores ao custo de produção, acrescidos dos encargos legais;

13.12.2.1. O Licitante será convocado para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, e, caso não demonstre, será desclassificado.

13.12.3. Serão analisados, para a definição de valores excessivos ou inexequíveis, os preços unitários e globais.

13.13. O não envio da proposta ajustada por meio do sistema Comprasnet (opção "Enviar Anexo"), com todos os requisitos ou o descumprimento das eventuais diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta.

13.14. Sempre que a proposta não for aceita, antes de ocorrer a convocação da Licitante subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, visto o disposto na Lei Distrital nº 4.611/2011 e no Decreto Distrital nº 35.592/2014.

## 14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Encerrada a fase de propostas, o Pregoeiro promoverá a análise dos documentos de habilitação enviados pelo Licitante, conforme regulado neste Edital.

14.2. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, para o Protocolo da Sejus - DF, Parque Ferroviário de Brasília – Estação Rodoferroviária – Térreo – Brasília DF – CEP 70.631- 900.

14.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do Licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS do Portal Transparência ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

d) Lista de Licitantes Declaradas Inidôneas para participar de licitações, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>).

14.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o Licitante, por falta de condição de participação.

14.5. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, no que tange à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distritais e municipais;

14.6. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entes emissores de certidões (§3º, art. 43, do Decreto Federal nº 10.024/2019) deverão ser enviados nos termos do disposto no art. 26 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

14.7. Realizadas as diligências, o Pregoeiro fará a análise dos documentos de habilitação.

14.8. As Licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

14.8.1. Documentação relativa à habilitação técnica elencada no Termo de Referência, Anexo I deste Edital. Caso o SICAF apresente parte dos documentos de qualificação técnica, deverão ser apresentados os documentos faltantes;

14.8.2. As Licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices contidos no cadastro do SICAF, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns);

14.8.3. Todas as declarações constantes do sistema Comprasnet serão consultadas e juntadas aos autos do processo.

14.8.4. Prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br) (obrigatória para os Licitantes com sede ou domicílio fora do Distrito Federal).



14.8.5. A Licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

#### **DA HABILITAÇÃO DAS MEds / EPPs:**

14.9. As empresas qualificadas como entidades preferenciais, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

14.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a Licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

14.11. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14.12. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo Licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.13. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao SEJUS-DF convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame, ou revogar a licitação.

14.14. O tratamento favorecido e diferenciado não poderá ser aplicado em favor de entidade que, em decorrência do valor do(s) item(ns) da licitação a que estiver concorrendo, venha a auferir faturamento que acarrete o seu desenquadramento da condição de microempresa, conforme dispõe o art. 24 da Lei distrital nº 4.611/2011 e art. 2º, § 2º, do Decreto distrital nº 35.592/2014.

14.15. Será inabilitada a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial, conforme § 1º do art. 25 da Lei distrital nº 4.611/2011.

#### **OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO:**

14.16. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

14.17. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo Órgão expedidor, deverão estar datadas dos últimos 90 (noventa) dias, contados da data da sessão pública deste Pregão.

14.18. Será inabilitado o Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.19. Se a proposta não for aceitável, ou se a Licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

14.20. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, visto o disposto na Lei distrital nº 4.611/2011 e no Decreto distrital nº 35.592/2014.

14.21. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste Edital, a Licitante será declarada vencedora.

14.22. Havendo necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas após sua convocação via chat pelo Pregoeiro.

14.23. O Pregoeiro diligenciará na internet para evitar inabilitações pela falta de apresentação de documentos de regularidade fiscal, jurídica, econômico-financeira e técnica, visando a manutenção da proposta de melhor preço.

#### **15. DOS RECURSOS**

15.1. Declarado o vencedor, qualquer Licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema Comprasnet, manifestar sua intenção de recorrer.

15.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do Licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no subitem anterior importará na decadência desse direito.

15.3. As manifestações de intenção de recorrer devem ser feitas exclusivamente por meio do sistema Comprasnet.

15.4. As manifestações fora do sistema Comprasnet serão desconsideradas.

15.5. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, verificando somente as condições de admissibilidade do recurso.

A ausência de manifestação ou as manifestações fora do sistema acarretarão no prosseguimento do feito, estando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao Licitante declarado vencedor.

15.6. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a Licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais Licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões.

15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis e começará imediatamente após o encerramento do prazo recursal.

15.8. As razões e contrarrazões serão recebidas somente no Comprasnet, por meio de campo próprio do sistema. Não serão recebidas e conhecidas razões de recurso e contrarrazões enviadas diretamente ao Pregoeiro ou por quaisquer outros meios (fax, correspondência, correio eletrônico, etc).

15.9. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão requisitar via email ao endereço eletrônico [cpl@sejus.df.gov.br](mailto:cpl@sejus.df.gov.br) a disponibilização de acesso externo ao inteiro teor do processo eletrônico.

15.10. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente relatado à autoridade competente para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na forma do art. 13, IV, e do art. 45, tudo do Decreto Federal nº 10.024/2019.

15.11. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

15.12. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

## 16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.2. Na ausência de recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior, propondo sua homologação.

16.3. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 17. DO CONTRATO

17.1. A(s) empresa(s) beneficiária(s) poderá(ão) ser convocada(s) para assinar o termo de Contrato, ou retirar documento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento do Termo de Convocação.

17.2. O convocado poderá, a critério da Administração, assinar o Contrato diretamente no processo eletrônico (assinatura eletrônica), cabendo à Administração, mediante prévio cadastro, a liberação para assinatura de usuário externo no SEI.

17.3. O prazo para assinatura do Contrato estabelecido no item 18.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela Licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela autoridade competente.

17.4. Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo Licitante durante toda a vigência contratual.

17.5. O Contrato a ser assinado subordina-se ao Termo Padrão nº 07/2002, em conformidade com o Decreto 23.287 de 17/10/2002 do Distrito Federal, que segue como Anexo V a este Edital, e terá prazo de vigência estipulado pelo Termo de Referência, Anexo I deste edital.

17.6. A vigência contratual poderá ser prorrogada nas hipóteses previstas no artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.

17.7. Não será exigida garantia contratual, visto que se trata de Contrato de aquisição de bens.

17.8. O Contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no art. 65 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

17.9. Todo e qualquer pedido de alteração do Contrato oriundo desta licitação deverá ser dirigido ao Executor de Contrato ou ao Presidente da Comissão Executora do Contrato, a quem caberá análise do pedido e encaminhamento à autoridade competente a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

17.10. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o Contrato, outro Licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o Decreto distrital nº 26.851/2006.

17.11. Este Edital, o Termo de Referência e seus anexos e a proposta de preços apresentada pela Licitante vencedora farão parte integrante do Contrato.

17.12. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, legais e regulamentares.

17.13. São vedadas a subcontratação total ou parcial acima dos limites estabelecidos neste Edital, a associação da Contratada com outrem, a sub-rogação, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação.

17.14. Será designado um Executor, ou uma Comissão Executora de Contrato, que terá as atribuições contidas na Lei 8.666/1993 e no Decreto distrital nº 32.598/2010, a quem caberá a fiscalização e acompanhamento da obra nos termos do Edital, Projeto Básico e seus anexos.

17.15. A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do valor total inicial atualizado do Contrato que se fizerem necessários, observado o percentual máximo de 25% (vinte e cinco por cento), salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre as partes, na forma do art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

17.16. Incumbirá à SEJUS-DF providenciar a publicação resumida do instrumento de Contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

## 18. DO REAJUSTE

18.1. Os preços relativos ao futuro Contrato são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995.

## 19. **DOS ADITAMENTOS CONTRATUAIS**

19.1. As alterações das especificações dos Contratos, para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da SEJUS-DF, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte da CONTRATADA, serão processados por meio de termo aditivo, observados os limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

19.2. As eventuais modificações de tratam o item anterior, condicionam-se à elaboração de justificativa prévia, devidamente aceita pela autoridade competente.

19.3. As alterações de valor contratual, decorrente do reajuste de preços, compensação ou penalização financeira prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor contratado, dispensam a celebração de aditamento, podendo ser processadas por meio de apostila.

## 20. **DA FISCALIZAÇÃO**

20.1. Sujeitar-se-á a Contratada à mais ampla e irrestrita fiscalização da autoridade encarregada de acompanhar a execução do objeto desta licitação, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às exigências formuladas dentro das prescrições legais.

20.2. A fiscalização da Contratante não eximirá, em hipótese alguma, a Contratada de quaisquer outras fiscalizações de órgãos oficiais, quanto às obrigações tributárias, fiscais, trabalhistas e demais que se fizerem necessárias.

20.3. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da Administração Contratante ou de seus agentes e prepostos.

20.4. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do presente Edital, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para SEJUS-DF

## 21. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

21.1. O objeto da licitação deverá ser entregue nos locais, nos prazos e condições previstas no Termo de Referência (Anexo I ao Edital).

21.2. A entrega deverá ocorrer em dia de expediente da SEJUS-DF, nos horários previstos no Termo de Referência (Anexo I ao Edital).

21.3. O objeto desta licitação será recebido, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

21.3.1. PROVISORIAMENTE, no ato da entrega do(s) material(is) ou equipamento(s), para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação; e

21.3.2. DEFINITIVAMENTE, após verificação de que o material entregue possui todas as características consignadas neste Edital, no que tange a quantidade solicitada e qualidade do produto especificada no Edital, no prazo máximo de estipulado no Termo de Referência.

21.4. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento.

21.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material/equipamento, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

21.6. Se a Licitante vencedora deixar de entregar o material e/ou equipamento dentro do prazo estabelecido sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Edital e no Decreto distrital nº 26.851/2006.

## 22. **DO PAGAMENTO**

22.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

a) Prova de Regularidade junto à Fazenda Nacional (Débitos e Tributos Federais), à Dívida Ativa da União e junto à Seguridade Social (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11/05/1990;

c) Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao);

d) Prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br).

- 22.2. Para as comprovações elencadas no item anterior, serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.
- 22.3. Os documentos elencados no item 22.1. poderão ser substituídos, no todo ou em parte, pelo SICAF.
- 22.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 08.685.528/0001-53.
- 22.5. As Notas Fiscais emitidas com dados (razão social ou CNPJ) divergentes dos informados no item anterior, não serão aceitas.
- 22.6. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 22.7. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, à exceção de empresas que sejam matriz e filial (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);
- 22.8. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, à exceção de empresas matriz e filial, serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).
- 22.9. Os documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento deverão ser reapresentados num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, devidamente escoimados das causas que motivaram a rejeição.
- 22.10. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA (art. 2º do Decreto distrital nº 37.121/2016).
- 22.11. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.
- 22.12. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de apuração acerca de quaisquer descumprimentos contratuais constatados, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- 22.13. Os pagamentos, pela SEJUS-DF, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB (Decreto distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011).
- 22.14. Excluem-se das disposições do item anterior:
- 22.14.1. os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
  - 22.14.2. os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou Contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
  - 22.14.3. os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

## 23. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 23.1. O descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Edital de Pregão Eletrônico e do Contrato dele decorrente, em face do disposto no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019 e nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993, ensejará a aplicação de penalidade que obedecerá às normas estabelecidas no Decreto distrital nº 26.851/2006 e alterações posteriores (Anexo VI ao Edital).
- 23.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas no Edital (Anexo VI) e no Contrato realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/adjudicatário.
- 23.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 23.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 24. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 24.1. A SEJUS-DF poderá, na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à publicação do Edital que possam interferir no andamento do processo ou influir na formulação da proposta, adotar uma das seguintes providências:
- 24.1.1. adiamento ou suspensão da licitação;
  - 24.1.2. revogação ou anulação deste Edital, ou, ainda, sua modificação no todo ou em parte; ou
  - 24.1.3. alteração das condições no processo licitatório, com a sua divulgação ou a republicação deste Edital, e, caso seja necessário, o estabelecimento de nova data para a realização da licitação.
- 24.2. A anulação da licitação induz à do Contrato.
- 24.3. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 24.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

- 24.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, observar-se-á o que se segue:
- 24.6.1. Excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
- 24.6.2. Os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente na SEJUS-DF.
- 24.7. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da Licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do Pregão.
- 24.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.9. A critério do Pregoeiro, o prazo de 2 (duas) horas para o envio da proposta ajustada de preços e eventuais documentos complementares de habilitação poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.
- 24.10. O Licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 24.11. A simples apresentação de documentação não envolve qualquer compromisso de contratação por parte da Administração, importando, porém, para o Licitante a irrestrita e irretratável aceitação das condições de qualificação e dos termos deste Edital.
- 24.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e também na página da SEJUS-DF ([www.sejus.df.gov.br](http://www.sejus.df.gov.br) – clicar em acesso à "Editais e Publicações").
- 24.13. O inteiro teor do processo eletrônico está disponível para vista aos interessados por meio de disponibilização de acesso externo no SEI (Sistema Eletrônico de informações). O pedido de vista deverá ser solicitado via endereço eletrônico [cpl@sejus.df.gov.br](mailto:cpl@sejus.df.gov.br).
- 24.14. O foro de Brasília–DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.
- 24.15. As Licitantes deverão comprovar, caso cabível, o atendimento da Lei distrital nº 4.652/2011, que cria, no âmbito do DF, o Programa de Valorização Profissional junto aos apenados em regime semiaberto e aos egressos do Sistema Penitenciário.

## 25. ANEXOS

25.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I – Termo de Referência;
- ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- ANEXO III – Declaração de Sustentabilidade Ambiental - Lei distrital nº 4.770/2012;
- ANEXO IV – Decreto distrital nº 26.851/2006 – regulamento de penalidades do DF;
- ANEXO V – Planilha de Preço Máximo Admissível;
- ANEXO VI – Minuta de Contrato de Aquisição de Bens.

Brasília-DF, 26 de julho de 2021.

**CARINA RIBEIRO FREITAS PRESTES DA COSTA**

Subsecretária de Administração Geral Substituta



Documento assinado eletronicamente por **CARINA RIBEIRO FREITAS PRESTES DA COSTA** - **Matr.0221352-4, Subsecretário(a) de Administração Geral-Substituto(a)**, em 26/07/2021, às 13:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador=66405929](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=66405929) código CRC= 7AFBDB02.



---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Central - Bairro Asa Norte - CEP 70631-900 - DF

32130712

---

0417-000507/2017

Doc. SEI/GDF 66405929



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO  
FEDERAL

Coordenação de Políticas e Atenção à Saúde de Jovens e  
Adolescentes  
Diretoria de Atenção à Saúde de Jovens e Adolescentes

Termo de Referência - SEJUS/SUBSIS/COORPSAU/DISAU

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

Trata-se da aquisição de equipamentos de saúde para qualificar os atendimentos realizados aos adolescentes do sistema socioeducativo que se encontram nas unidades de Atendimento Inicial, unidades de internação e unidade de internação provisória, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos e programas específicos de atenção ao adolescente em conflito com a lei.

Este Sistema dispõe que os “Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos” (art. 8º da Lei do SINASE), reafirmando a garantia do acesso aos direitos sociais constitucionalizados e, por outro lado, determinando a necessidade da atuação das variadas esferas das políticas públicas e sociais.

Na atual gestão do Distrito Federal, compete à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (antiga Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIA), administrar o sistema responsável pela execução de Medidas Socioeducativas de Internação, Semiliberdade e Meio Aberto;

De acordo com a Portaria nº 1.082, de 23 de maio de 2014 do Ministério da Saúde, que estabelece as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), ao adolescente será garantida a atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).

A atenção integral à saúde dos adolescentes em situação de privação de liberdade será realizada, prioritariamente, na Atenção Básica.

A Atenção Básica, ou Atenção Primária, é a porta de entrada e de contato preferencial dos usuários com o sistema de saúde e tem como funções principais a resolução da maioria dos problemas de saúde da população, a organização dos fluxos e contrafluxos entre os diversos pontos de atenção à saúde e a responsabilização pela saúde dos usuários em quaisquer dos pontos de atenção em que se encontrem.

Conforme a Portaria nº 77, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES), de 14 de fevereiro de 2017, que estabelece a Política de Atenção Primária à Saúde, as equipes de saúde que atuam nas unidades socioeducativas de internação e internação provisória são

modalidades de serviço da Atenção Primária à Saúde. Ou seja, o primeiro atendimento em saúde aos adolescentes em privação de liberdade é realizado por essas equipes (Gerências de Saúde). O acesso à atenção primária deve ainda ser complementado por meio das ações das Equipes[1] Estratégia Saúde da Família das Unidades Básicas de Saúde de referência em cada território, equipamentos estes da SES. O acesso à assistência de média e alta complexidade na rede de atenção do SUS deve ser garantido pela Atenção Especializada e Atenção às Urgências e Emergências, através das Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e Hospitais Gerais e de Referência.

Em consonância com os princípios da intersetorialidade e cogestão inerentes ao atendimento socioeducativo, a SEJUS (anteriormente SECRIA) e a SES editaram a Portaria Conjunta n.º 04, de 04 de outubro de 2017, com vistas à definição das competências comuns e de ambas as Secretarias para a execução da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

Segundo esta Portaria, é de competência da SEJUS (anteriormente SECRIA) a destinação e adequação, nas unidades de internação e internação provisória, de espaço físico destinado ao atendimento em saúde, de acordo com a RDC da ANVISA nº 50 de 21/10/2002, realizando construções e/ou reformas, quando necessárias, bem como a aquisição dos equipamentos permanentes necessários para a estruturação do atendimento de saúde dos adolescentes nas unidades de internação e internação provisória.

Neste sentido, a SEJUS almeja instrumentalizar as Gerências de Saúde das unidades de internação e internação provisória do sistema socioeducativo para garantir e qualificar o atendimento das necessidades de Atenção Básica à Saúde dos socioeducandos;

Esta proposta está em consonância com o Programa de Atenção ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa aprovado pelo Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CDCA), por meio da Resolução nº 643 de 1º de Dezembro de 2015 e será financiada com recursos financeiros do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (FDCA/DF), conforme deliberação da 50ª Reunião Plenária Extraordinária do CDCA, realizada em 17 de agosto de 2017.

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A aquisição obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e alterações posteriores, bem como demais normativos constante no Instrumento Convocatório.

### 4. DA ESPECIFICAÇÃO

Especificação	Área de Aplicação	Especificação/Características	Unidade	Quantidade
		Esterilização por vapor saturado de água sob pressão. Com gabinete em aço medindo, no mínimo, 605 mm de profundidade, 375 mm de largura, e 360 mm de altura. Câmara de esterilização isolada com manta de lã de vidro,		



<p><b>AUTOCLAVE</b></p>	<p>Odonto</p>	<p>fabricada em aço inoxidável, suporte com, no mínimo, três bandejas em alumínio, perfuradas e removíveis. Resistência de aquecimento acoplada externamente a câmara. Porta da câmara em aço com grande resistência a pressão. Válvula de segurança automática para prevenir a sobre pressão. Termostato de segurança que desliga a autoclave no caso de superaquecimento.</p>	<p>UNID.</p>	<p>2</p>
<p><b>AMBU Adulto (Reanimador Manual)</b></p>	<p>Ambulatório/ saúde</p>	<p>Todos os materiais livres de látex e os sacos de máscara, ou conector bolsa reservatório feito de silicone ou polisulfona, silicone 100% grau médico, com capacidade de esterilização por autoclave; conexão rotativa, válvula pop-off com limite de pressão; todas as conexões devem estar em conformidade com as especificações ISO 10651- 4. Para adulto e crianças com peso acima de 30kg; Balão de silicone 1.800ml com válvula pop-off; Volume de entrega (volume sistólico): 1060ml; Reservatório: 2700ml; Resistência expiratória/inspiratória: 2cm H<sub>2</sub>O/3cm H<sub>2</sub>O; Espaço morto: menor que 7,0ml; Limitador de pressão: 4 ou 60cm H<sub>2</sub>O; Tubo de oxigênio de 2,10m; Máscara facial: transparente; Anel de silicone, almofada de silicone para melhor vedação e conforto. Válvula de aspiração para oxigênio e reservatório em PVC. Garantia de 01 ano.</p>	<p>UNID.</p>	<p>8</p>
		<p>Modelo digital, tipo portátil, voltagem 110/220, funções proteção contra descarga desfibrilador, tipo registro 12 derivações, velocidade de 1 a 3 canais, operação automática,</p>		

<b>Aparelho de Eletrocardiograma</b>	Ambulatório/ saúde	tela única. Características adicionais: 4 modos operação: automático, manual, ritmo, externo, acessórios cir. Pré-amplif. Fluente, Identif. Sinal marcapasso, tipo impressora, impressão papel comum, correção automática linha base, tipo filtro, filtro ruídos/ tremor muscular, alimentação pilha/bateria/rede elétrica, frequência 50/60 tipo ação. Cópia exames software permite visualizar/ arquivar/ imprimir em papel comum/E-mail.	UNID.	4
<b>Balança Antropométrica (mede altura também)</b>	Ambulatório/ saúde	Capacidade de pesagem máxima de 300 kg, capacidade de indicar variações mínimas de 1 kg no display. Com visor cristal líquido, régua antropométrica, função tara. Bandeja em aço carbono com tapete antiderrapante adesivo de fácil higienização. Plataforma com pintura epóxi. Pés de borracha. Alimentação 220 V – 60 hz, garantia de calibração e verificação com aprovação INMETRO.	UNID.	8
<b>Balança digital</b>	Ambulatório/ saúde	Alta precisão no sistema de sensor; Plataforma de vidro temperado; Capacidade de 180 kg.; Gradação: d=100g; Medida do LCD: 78 x 36 mm.; Acionamento através de toque; Zeragem e desligamento automático. Dimensões: 32 x 32 x 2,5 cm.	UNID.	7
<b>Bandeja para medicação</b>	Ambulatório/ saúde	Material confeccionado em aço inoxidável para armazenar instrumentais; tamanho 30 cm x 20 cm x 04 cm.	UNID.	17
<b>Bolsa térmica</b>	Ambulatório/	Kit de Transporte destinado ao transporte de medicamentos (insulina, Colírios, vacinas e outros termolábeis). Prático, possuindo bolsa térmica, caixa	UNID	12

	saúde	em poliestireno expandido e em seu interior acompanhado de gelos tipos flexível em gel. Medidas aproximadas: 13cm x 10 cm x 8cm (250ml).	UNID.	4
<b>Braçadeira hospitalar</b>	Ambulatório/ saúde	Altura regulável por mandril, haste zincada, base de ferro chato em pintura epoxi, concha inox, estofada. Altura mínima aproximada: 86 cm. Altura máxima aproximada: 1,14m.	UNID.	4
<b>Cabo de bisturi nº 3</b>	Ambulatório/ saúde	Aço inoxidável AISI; Número 3.	UNID.	11
<b>Cabo de bisturi nº 4</b>	Ambulatório/ saúde	Aço inoxidável AISI; Número 4.	UNID.	11
<b>Cadeira de banho</b>	Ambulatório/ saúde	Cadeira de banho confeccionada em aço carbono ideal para uso sanitário e chuveiro. Assento sanitário removível, encosto em nylon, apoio para os braços fixos apoio para os pés fixos, freios bilaterais rodas traseiras aro 06 giratórias com pneus maciços rodas dianteiras aro 06 com pneus maciços posicionadas na parte interna da cadeira	UNID.	4
<b>Cadeira de rodas</b>	Ambulatório/ saúde	Fabricada em aço carbono, com assento/encosto em nylon, dobrável, freios bilaterais, aro impulsor bilateral, apoio para braços e pés fixos, rodas dianteiras aro 06" com pneus maciços e rodas traseiras aro 24" em nylon com pneus infláveis.	UNID.	6
<b>Caixas de medicação com divisória</b>	Ambulatório/ saúde	Caixa organizadora transparente com 20 divisões de divisórias móveis. Material: plástico durável, Tamanho: 33 x 24 x 4,9cm.	UNID.	15
		Estrutura em tubo de aço inox com ¾" de diâmetro. 3 bandejas em chapa de aço inox escovado		

<b>Carrinho de curativo</b>	Ambulatório/ saúde	com grades de proteção. Puxadores nos dois lados do carrinho. Acompanhado de bacia de aço inox e balde de aço inox. Chapa de aço inox com espessura de 1mm, com dobras rebatidas. Pára choque em plástico nos 4 cantos inferiores. Rodízios de 75mm de diâmetro com garfo em nylon e banda de rodagem em poliuretano, sendo 2 sem trava e 2 com trava de fácil acionamento. Acabamento aço inox escovado.	UNID.	9
<b>Coletor de urina Feminino</b>	Ambulatório/ saúde	Comadre de Inox. Altura do produto (cm) 8,00. Largura do produto (cm) 30,00. Profundidade do produto (cm) 40,00. Peso líquido (Kg) 0,640.	UNID.	2
<b>Coletor de urina Masculino</b>	Ambulatório/ saúde	Papagaio em Aço Inoxidável; Utilizado para coletar urina em pacientes do sexo masculino; Auxílio às pessoas com dificuldades de locomoção. Embalagem: 10 x 30 x 10 cm (Largura X Comprimento X Altura).	UNID.	9
<b>Cuba redonda</b>	Ambulatório/ saúde	Cuba redonda p/ assepsia 09 x 4,5 cm c/ capacidade p/ 240 ml.	UNID.	10
<b>Cuba rim</b>	Ambulatório/ saúde	Aço inoxidável AISI; Tamanho: 8cm X 4cm; Volume 150ml.	UNID.	9
<b>Esignomanômetro (Aparelho para aferir pressão arterial)</b>	Ambulatório/ saúde	Composto de manômetro aneroide, com visor graduado de 0 a 300 mmhg, braçadeira em tecido sintético resistente e fecho com encaixes metálicos, com braçadeiras e manguitos nos tamanhos 1,2,3,4, Pêra sem emendas, borracha especial tratada termicamente, resistente, vedação perfeita, válvula de metal permitindo a retenção e esvaziamento do ar para tubos conectores de borracha, acondicionados em bolsa de courvin.	UNID.	16

<b>Estetoscópio</b>	Ambulatório/ saúde	Com duo-som adulto e infantil, em plástico resistente; acabamento sem rebarbas; conjunto auricular em metal cromado, resistente e flexível na curvatura do tubo "Y"; auscultador duplo, adulto, com sino ford e diafragma resistente e de alta sensibilidade para ausculta cardiopulmonar, que permita um máximo de escuta de sons do paciente e um mínimo de escuta de sons ambientais. Diafragmas e campânula, olivas anatômicas de material confortável aos ouvidos; acabamento sem rebarbas, recambiável e lavável: Aros anti-frio para evitar desconforto ao tocar o paciente.	UNID.	14
<b>Faixas para imobilização na prancha de transporte de emergência</b>	Ambulatório/ saúde	Para colocação em prancha rígida onde fixará a vítima a ser socorrida ou transportada da melhor forma possível. Confeccionado em fitas de 100% poliamida preta e coloridas em 50mm de largura.	UNID.	9
<b>Garrote com trava</b>	Ambulatório/ saúde	Material utilizado para garrotear membros superiores nos procedimentos de coleta de sangue. INDICAÇÃO exames sorológicos, bioquímicos em geral, drogas terapêuticas e hormônios. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Confeccionados em tecido elástico Trava com 2 estágios: 1º – alívio 2º – retirada -Antialérgico.	UNID.	20
<b>Lanterna clínica</b>	Ambulatório/ saúde	Lanterna clínica , confecção em alumínio, tipo led, equipamento utilizado para melhorar a visibilidade, Deve ser construída em alumínio, alimentação com pilha de 1,5V.	UNID.	14
		Caixa organizadora com 3 bandejas basculantes, resistente. Ideais para organizar		

<p><b>Maleta para transporte de medicamentos com 3 bandejas</b></p>	<p>Ambulatório/ saúde</p>	<p>medicamentos instrumentos cirúrgico e kits primeiro socorros, e diferentes objetos. A caixa multiuso 14,4 polegadas, fabricada em polipropileno de alta qualidade. Dimensões: 37 cm x 19 cm x 19 cm aproximadamente.</p>	<p>UNID.</p>	<p>9</p>
<p><b>Maletas odontológicas (itinerante - para todas as unidades)</b></p>	<p>Ambulatório/ saúde</p>	<p>Equipamento odontológico de quatro pontas compatíveis com todos os equipamentos fundamentais e indispensáveis para o atendimento de um paciente, visando permitir um atendimento com eficiência e produtividade. Composição: seringa tríplice, Terminal de encaixe de alta rotação, Terminal de encaixe micromotor, sugador, reservatório de água, pedal, equipo odontológico portátil modular, esgoto e Mangueira de conexão. Equipo Destacável: Seringa Tríplice / Sugador de saliva / Encaixes Bordem para caneta de Micromotor / Encaixes Bordem para caneta de Alta Rotação / Mangueira para expurgo / Reservatório de água / Mangueira natural que interliga o ar do compressor as canetas, proporcionando a locomoção apenas do equipo destacável. Maleta: alumínio, aproximadamente medindo: 29 cm de comprimento, 12 cm altura, 43 cm largura, peso 3,600 kg.</p>	<p>UNID.</p>	<p>2</p>
<p><b>Muletas</b></p>	<p>Ambulatório/ saúde</p>	<p>Muleta Axilar de Alumínio com apoios em madeira, Altura mínima: 1,10m, Altura máxima: 1,44m Ponteira de borracha para maior aderência ao solo Resistente e segura para pessoas com até 100 Kg 3 a 5 níveis de regulagem de altura.</p>	<p>UNID.</p>	<p>10</p>
		<p>Nebulizador, tipo portátil</p>		

<b>Nebulizador</b>	Ambulatório/ saúde	compacto e portátil, sistema super flow bivolt. Alimentação 220 Volts – 60HZ.	UNID.	8
<b>Negatoscópio</b>	Ambulatório/ saúde	O equipamento deve possuir botão interruptor liga- desliga, suporte para fixação em parede, prendedores de chapa radiográfica e demais dispositivos que sejam necessários ao seu pleno funcionamento. O equipamento deve disponibilizar uma luminancia de pelo menos 1500 NITS, por cada corpo do negatoscópio. Dimensões mínimas: 730mm (comprimento) x 1000mm(largura); Dimensões mínimas da área de leitura:710mm (comprimento) x 410mm ( altura).	UNID.	8
<b>Otoscópio</b>	Ambulatório/ saúde	Com cabo em aço inoxidável, para pilhas médias recarregáveis, cabeçote para espéculo com lâmpada, regulador de alta e baixa luminosidade e encaixe para visor sobressalente, visor articulado ao cabeçote e móvel, 05 espéculos antirreflexo com encaixe de metal cromado, reutilizáveis e em diferentes calibres, acompanha lâmpada e visor sobressalente, e espéculos descartáveis nas seguintes quantidades e medidas: 05 espéculos de 02mm de diâmetro externo, 05 espéculos de 03 mm de diâmetro externo, 03 espéculos de 04 mm de diâmetro externo, 03 espéculos de 05 mm de diâmetro externo.	UNID.	12
<b>Pinça Aliss curva com dentes</b>	Ambulatório/ saúde	Pinça aliss curva. Medida: 15cm. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável.	UNID.	8
<b>Pinça Aliss longa com dentes</b>	Ambulatório/ saúde	Pinça Allis Medidas: 20cm, cm 5 x 6 Dentes. Produto Confeccionado em Aço	UNID.	8

		Inoxidável, com garras.		
<b>Pinça Anatômica</b>	Ambulatório/ saúde	Confeccionada em Aço inoxidável AISI, 14cm serrilhada.	UNID.	12
<b>Pinça dente de rato</b>	Ambulatório/ saúde	Confeccionada em Aço inoxidável AISI; 14 cm.	UNID.	13
<b>Pinça Kelly</b>	Ambulatório/ saúde	Confeccionada em Aço inoxidável; 16 cm.	UNID.	11
<b>Pinça Kocher reta longa</b>	Ambulatório/ saúde	Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Possui dentes e serrilha. Tamanho: 20 cm.	UNID.	11
<b>Pinça Kocher reta curta</b>	Ambulatório/ saúde	Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Possui dentes e serrilha. Tamanho: 14 cm.	UNID.	11
<b>Porta agulha de mayo-hegar</b>	Ambulatório/ saúde	Confeccionada em Aço inoxidável; 14 cm.	UNID.	9
		<p>Kit Prancha Resgate completo em Polietileno com Imobilizador de Cabeça e 3 Tirantes Características</p> <p>Prancha:Projetada para o transporte manual de vítimas de acidentes; Dimensionada para suportar vítimas com peso ate 180 kg; Rígida, leve e confortável; Possui pegadores amplos para facilitar o uso com luvas; Design em ângulo para melhor acomodação do paciente; Translúcida, para o uso em Raio-X e Ressonância Magnética; Possui aberturas específicas para facilitar a imobilização da vítima; Observação: A Prancha de Imobilização possui aberturas específicas para utilização do cinto de segurança estilo aranha, imobilizador de cabeça (coxins) como acessórios. Dimensões: Comprimento aberta: 1850 mm; Largura</p>		



<p align="center"><b>Prancha (imobilizadora) para transporte de paciente, com tirantes</b></p>	<p align="center">Ambulatório/ saúde</p>	<p>aberta: 450 mm; Altura máxima: 70 mm; Peso líquido: 6,5 kg; Capacidade de carga: 180 kg Características Imobilizador de Cabeça (tipo Head Block): Imobilizador de Cabeça (COXIM): Confeccionado em ABS, resistente a impactos; utilizado em conjunto com prancha de imobilização; anatômico, regulagem com velcro, base com regulagem. Produzido em material totalmente impermeável e lavável. é composto por uma base para fixação na prancha, blocos laterais ajustáveis e refis de testa e queixo. Utilizado para imobilizar a cabeça da vítima. Confeccionado em espuma vinil emborrachada. Possui dois cintos imobilizadores reguláveis para testa e queixo do paciente a imobilizar. Preso em velcro ao tecido que veste a tábua (prancha) de resgate em qualquer largura. Base fixada na prancha 40 x 25 cm. Laterais fixadas na base 25 x 16 x 0,9 cm. Orifício auricular para verificar de sangramento, 80 mm. Lavável Impermeável. Características Tirantes: Cinto para prancha de regaste em nylon resistente com 3 peças coloridas. Fecho em nylon modelo Tic-Tac de alta resistência e material especial para uso no Raio-X.</p>	<p align="center">UNID.</p>	<p align="center">7</p>
<p align="center"><b>Talas de imobilização aramadas (kit com 4 tamanhos)</b></p>	<p align="center">Ambulatório/ saúde</p>	<p>Jogo de talas aramadas, confeccionada em espuma do tipo EVA, na cor padrão de identificação universal. Tamanhos: P 0,53 x 0,08 M 0,63 x 0,09 G 0,86 x 0,10m GG 1,02 x 0,12m.</p>	<p align="center">UNID.</p>	<p align="center">12</p>
	<p align="center">Ambulatório/</p>	<p>Usada para retirada de pontos/suturas. Tesoura</p>		

<b>Tesoura curva curta</b>	Ambulatório/ saúde	Spencer 14cm, Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	UNID.	12
<b>Tesoura curva longa</b>	Ambulatório/ saúde	Usada para retirada de pontos/suturas. Tesoura Spencer 9cm, Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	UNID.	12
<b>Tesoura reta curta ponta fina</b>	Ambulatório/ saúde	Tesoura Cirúrgica Reta para uso geral. Especificações: Em aço inoxidável, 8cm.	UNID.	10
<b>Tesoura reta longa ponta fina</b>	Ambulatório/ saúde	Tesoura Cirúrgica Reta para uso geral. Especificações: Em aço inoxidável, 17cm.	UNID.	10
<b>Tesoura reta longa ponta romba</b>	Ambulatório/ saúde	Produto confeccionado em aço Inoxidável, 15 cm, Reta, Ponta Romba/Romba.	UNID.	11
<b>Venoscópio (localizador de veias)</b>	Ambulatório/ saúde	Trata-se de um aparelho destinado a localizar veias utilizando-se da técnica da transiluminação cutânea que consiste na emissão de feixes de luz intensa através de potentes Leds. Portátil e não requer ligação à rede elétrica. Formato anatômico e confortável para um perfeito manuseio e melhores diagnósticos. Dimensões a proximadas do produto - cm (AxLxP) 21x21x16. Função: localizar com facilidade as veias do corpo.	UNID.	11

## 5. DA COBERTURA

Os materiais de saúde deverão equipar todas as 09 (nove) unidades de atendimento inicial (UAI/NAI), internação provisória (UIPSS) e internação do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal (UISS, UIBRA, UIFG, UNIRE, UIP, UNISS UISM).

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM

O Objeto desta licitação se enquadra nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 (Institui a modalidade de licitação denominada pregão), acolhida no Distrito Federal pelo Decreto nº 23.460/2002, por se tratar de bem comum, com características e especificações usuais de mercado.

A presente aquisição foi considerada comum e verificou-se que as especificações são usuais pelo mercado. Embora a Lei do Pregão nos forneça um conceito do tipo aberto sobre o que seja comum, após analisar três aspectos, quais sejam:

- A possibilidade de padronizar o objeto por meio de critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- Disponibilidade no mercado destes materiais; e
- Verificado se as especificações adotadas eram usuais neste mesmo mercado.

## **7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, em atenção ao art. 45, inc. I, da Lei nº 8.666/1993. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 48, inciso II, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/1993.

## **8. DA GARANTIA DO BEM**

Os equipamentos deverão dispor de garantia de, no mínimo, 3 (três) meses, contra defeitos de fabricação, montagem e funcionamento decorrente de desgastes prematuros durante a operação e emprego normais, a contar da data do recebimento definitivo.

Sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pelo citado normativo.

Quando da entrega dos bens, a empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

## **9. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

A Contratada se obriga dentro do prazo de no mínimo 3 (três) meses a prestar garantia contra defeito de fabricação, sem qualquer ônus adicional para esta Secretaria, contados a partir do seu recebimento definitivo.

Os equipamentos ofertados deverão dispor de assistência técnica autorizada/credenciada em todo o Distrito Federal.

A licitante vencedora deverá, quando da assinatura do Contrato, indicar o(s) nome(s) da(s) empresa(s) credenciada/autorizada(s) pelo fabricante, para prestação dos serviços em garantia dos equipamentos.

## **10. DO PRAZO DE ENTREGA**

A entrega dos equipamentos deverá ser realizada em remessa única, com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do Contrato.

## **11. DO LOCAL DE ENTREGA**

Os equipamentos deverão ser entregues para recebimento na sede do órgão, no endereço - Almoxarifado Central da Secretaria de Justiça e Cidadania do DF, localizado no SAAN Qd. 01

Lote Comercial "C" – Brasília/DF – CEP 70.632-100, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira.

## **12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

Com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, o recebimento dos equipamentos será realizado:

- Provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste documento;

- Definitivamente, no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados a partir do recebimento provisório, após verificação de sua compatibilidade com as especificações descritas no Termo de Referência e sua consequente aceitação mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

Caso após o recebimento provisório constatar-se que os equipamentos possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Fornecer os equipamentos NOVOS E DE PRIMEIRO USO conforme especificações do Termo de Referência e do Instrumento Convocatório, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Os equipamentos que forem entregues em desacordo com o especificado deverão ser substituídos pela contratada em até 30 (trinta) dias e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.

Cumprir as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período

oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes de defeitos de fabricação ou outros vícios constatados nos produtos.

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A contratada fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.449, de 12 de janeiro de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações.

Fiscalizar o fornecimento do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente o fornecimento do objeto contratual. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

#### **15. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade

Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa realizada ou estar realizando o fornecimento dos materiais, compatível em características com o objeto deste Termo de Referência.

#### **16. DO VALOR ESTIMADO**

O valor total estimado para a presente aquisição será aferido pela média dos preços alcançados em pesquisa de preços privados e pesquisa de preços públicos.

#### **17. DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação "*pro rata tempore*" do IPCA, nos termos do art. 3º do

## **18. DA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO QUANTO AS MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

Em atendimento à legislação distrital deverá haver a aplicação dos benefícios previstos às Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte e ao Microempendedor Individual, pois trata-se de orientação observância obrigatória. Neste sentido, a presente contratação deverá observar o disposto no art. 2º do Decreto Distrital nº 35.592/2014, que regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempendedores individuais previsto na Lei-DF nº 4.611, de 9 de agosto de 2011, quanto a:

I – direito de preferência como critério de desempate na fase de julgamento das propostas e o direito de saneamento quanto à regularidade fiscal após declaradas vencedoras;

**II – licitações exclusivas nas contratações com valores estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);**

III – cota reservada nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível até 25% do valor estimado; e

IV – subcontratação compulsória até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do objeto.

Por se tratar de valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser garantida a **participação exclusiva** das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempendedores Individuais, conforme dicção do 7º do Decreto Distrital nº 35.592/2014, do art. 25 da 4.611/2011 e do art. 48 da LC 123/2006.

## **19. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

O acompanhamento e a fiscalização da aquisição dos bens consistem na verificação da conformidade do fornecimento, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por comissão designada, na forma dos arts 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e dos Decretos nº 32.598/2010 e nº 32.753/2011.

O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Instrumento Convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **20. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

Para a prestação dos serviços será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo de Referência e da proposta de preços da licitante vencedora.

A vigência do contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

## **21. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é

amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

Pelo mesmo fato não há motivos para se admitir a subcontratação, de forma a gerar outros instrumentos contratuais e conseqüentemente outras atribuições à administração pública. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.

## **22. DA SUSTENTABILIDADE**

A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

## **23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos moldes do artigo 87 da Lei 8666/93:

*I - advertência;*

*II- multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;*

*III- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;*

*IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.”*

Ainda, registre-se que será aplicada as sanções administrativas e demais penalidades previstas no Decreto nº 26.851/06, arts. 2º, 6º e 7º c/c art. 12.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

A execução do compromisso assumido, como os casos neles omissos, regular-se-ão pelos preceitos de direito público, aplicando-se a eles, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito público e privado, na forma do art. 5, combinado com o inciso XIII, do art.55, da Lei nº 8.666/93.

Havendo irregularidades neste instrumento, dever-se-á entrar em contato a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, conforme disposto no Decreto nº 34.031/2012 sobre a inserção de fraseologia anticorrupção nos editais de licitação, contratos e instrumentos congêneres da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal.

## **25. EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

**Talita Santos de Oliveira**

Diretora de Atenção à Saúde de Jovens e Adolescentes Substituta

**Monique de Oliveira Reis**

Coordenadora de Políticas e Atenção à Saúde de Jovens e Adolescentes

De acordo,

**Demontiê Alves Batista Filho**

Subsecretário Substituto do Sistema Socioeducativo

**26. DA APROVAÇÃO**

Considerando os termos do artigo 9º, § 2º do Decreto 5.450/2005 e da Lei 8.666/93, APROVO o presente Projeto Básico e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento de marca e/ou modelo do objeto em tela.

**Alinne Carvalho Porto**

Subsecretária de Administração Geral



Documento assinado eletronicamente por **TALITA SANTOS DE OLIVEIRA - Matr.0238418-3, Diretor(a) de Atenção à Saúde de Jovens e Adolescentes**, em 27/05/2021, às 10:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MONIQUE DE OLIVEIRA REIS - Matr.0171924-6, Coordenador(a) de Políticas e Atenção à Saúde de Jovens e Adolescentes**, em 27/05/2021, às 16:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **62689303** código CRC= **7132D58B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Central - Bairro Asa Norte - CEP 70631-900 - DF





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**ANEXO II AO EDITAL**

MODELO

PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

**À (NOME DO SETOR RESPONSÁVEL)**

**Endereço: XXXXX**

Apresentamos **PROPOSTA DE PREÇOS** de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no **Pregão Eletrônico nº 12/2021/SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL**, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e seus respectivos Anexos.

Nossa cotação para entrega do(s) **material(is)** está especificada, conforme abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Declaramos que esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da licitação.

O prazo para entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do Contrato, em remessa única.

Declaro que entregarei o bem comprovadamente novo e sem uso.

Declaramos ainda, que nos preços estão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Identificação do Representante legal da Licitante

**ANEXO III AO EDITAL**

(OBRIGATÓRIA PARA TODOS OS LICITANTES)

DECLARAÇÃO – ATENDIMENTO DA LEI DISTRITAL Nº 4.770/2012

(SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL)

Ref.: PREGÃO Nº 12/2021 - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA QUE ATENDE OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL previstos no art. 7º da Lei distrital nº 4.770/2012, em especial que produz/comercializa bens:**

- a) constituídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- b) que ofereçam menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que não contém substâncias perigosas acima dos padrões tecnicamente recomendados por organismos nacionais ou internacionais;
- d) acondicionados em embalagem adequada, feita com a utilização de material reciclável, com o menor volume possível;
- e) que funcionem com baixo consumo de energia ou de água;
- f) que sejam potencialmente menos agressivos ao meio ambiente ou que, em sua produção, signifiquem economia no consumo de recursos naturais;
- g) que possuam certificado emitido pelos órgãos ambientais;
- h) que possuam certificação de procedência de produtos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**ANEXO IV AO EDITAL**

## REGULAMENTAÇÃO DAS PENALIDADES NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL

### DECRETO Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006.

Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

#### CAPÍTULO I

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

#### SEÇÃO I

##### Disposições Preliminares

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

#### SEÇÃO II

##### Das Espécies de Sanções Administrativas

Art. 2º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

#### SUBSEÇÃO I

##### Da Advertência

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

#### SUBSEÇÃO II

##### Da Multa

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M)

ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal Nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração;

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual;

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II. SUBSEÇÃO III

#### Da Suspensão

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto Nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

- a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento.

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

I - se aplicada pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços, implicará na suspensão, por igual período, perante todos os órgãos/entidades subordinados à Lei Distrital no 2.340, de 12 de abril de 1999, e alterações posteriores;

II - se aplicada pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

#### SUBSEÇÃO IV

##### Da Declaração de Inidoneidade

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CAPÍTULO II

##### DAS DEMAIS PENALIDADES

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais Nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no

recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

### CAPÍTULO III

#### DO DIREITO DE DEFESA

Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

§ 4º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br), inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal – e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

§ 5º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei Nº 8.666, de 1993.

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### CAPÍTULO IV

#### DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

### CAPÍTULO V

#### DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

### CAPÍTULO VI

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica.

Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços.

Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de maio de 2006.

118º da República e 47º de Brasília

MARIA DE LOURDES ABADIA

Publicado no DODF nº 103, de 31 de maio de 2006 – p. 5, 6, 7. alterado pelos decretos nºs:

- 26.993, de 12 de julho de 2006, publicado no DODF de 13 de julho de 2006, p.2.
- 27.069, de 14 de agosto de 2006, publicado no DODF de 15 de agosto de 2006, p. 1, 2.
- 35.831, de 19 de setembro de 2014, publicado no DODF de 22 de setembro de 2014, p. 6.
- 36.974, de 11 de dezembro de 2015, publicado no DODF de 14 de dezembro de 2015, p. 7.

## ANEXO V

### PLANILHA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	74624	AUTOCLAVE - Esterilização por vapor saturado de água sob pressão. Com gabinete em aço medindo, no mínimo, 605 mm de profundidade, 375 mm de largura, e 360 mm de altura. Câmara de esterilização isolada com manta de lã de vidro, fabricada em aço inoxidável, suporte com, no mínimo, três bandejas em alumínio, perfuradas e removíveis. Resistência de aquecimento acoplada externamente a câmara. Porta da câmara em aço com grande resistência a pressão. Válvula de segurança automática para prevenir a sobre pressão. Termostato de segurança que desliga a autoclave no caso de superaquecimento.	UN	2	R\$ 2.545,00	R\$ 5.090,00
2	456412	AMBU Adulto - Reanimador manual, Todos os materiais livres de látex e os sacos de máscara, ou conector bolsa reservatório feito de silicone ou polisulfona, silicone 100% grau médico, com capacidade de esterilização por autoclave; conexão rotativa, válvula pop-off com limite de pressão; todas as conexões devem estar em conformidade com as especificações ISO 10651- 4. Para adulto e crianças com peso acima de 30kg; Balão de silicone 1.800ml com válvula pop-off; Volume de entrega (volume sistólico):1060ml; Reservatório: 2700ml; Resistência expiratória/inspiratória: 2cm H2O/3cm H2O; Espaço morto: menor que 7,0ml; Limitador de pressão: 4 ou 60cm	UN	8	R\$ 186,00	R\$ 1.488,00



		H2O; Tubo de oxigênio de 2,10m; Máscara facial: transparente; Anel de silicone, almofada de silicone para melhor vedação e conforto. Válvula de aspiração para oxigênio e reservatório em PVC. Garantia de 01 ano.				
3	304895	Aparelho de Eletrocardiograma - Modelo digital, tipo portátil, voltagem 110/220, funções proteção contra descarga desfibrilador, tipo registro 12 derivações, velocidade de 1 a 3 canais, operação automática, tela única. Características adicionais: 4 modos operação: automático, manual, ritmo, externo, acessórios cir. Pré-amplif. Fluente, Identif. Sinal marcapasso, tipo impressora, impressão papel comum, correção automática linha base, tipo filtro, filtro ruídos/ tremor muscular, alimentação pilha/bateria/rede elétrica, frequência 50/60 tipo ação. Cópia exames software permite visualizar/ arquivar/ imprimir em papel comum/E-mail.	UN	4	R\$ 5.625,00	R\$ 22.500,00
4	442497	Balança Antropométrica (mede altura também) - Capacidade de pesagem máxima de 300 kg, capacidade de indicar variações mínimas de 1 kg no display. Com visor cristal líquido, régua antropométrica, função tara. Bandeja em aço carbono com tapete antiderrapante adesivo de fácil higienização. Plataforma com pintura epóxi. Pés de borracha. Alimentação 220 V – 60 hz, garantia de calibração e verificação com aprovação INMETRO.	UN	8	R\$ 1.103,34	R\$ 8.826,72
5	43192	Balança digital - Alta precisão no sistema de sensor; Plataforma de vidro temperado; Capacidade de 180 kg.; Gradação: d=100g; Medida do LCD: 78 x 36 mm.; Acionamento através de toque; Zeragem e desligamento automático. Dimensões: 32 x 32 x 2,5 cm.	UN	7	R\$ 86,83	R\$ 607,81
6	440141	Bandeja para medicação - Material confeccionado em aço inoxidável para armazenar instrumentais; tamanho 30 cm x 20 cm x 04 cm.	UN	17	R\$ 67,21	R\$ 1.142,57
7	433755	Bolsa térmica - Kit de Transporte destinado ao transporte de medicamentos (insulina, Colírios, vacinas e outros termolábeis). Prático, possuindo bolsa térmica, caixa em poliestireno expandido e em seu interior acompanhado de gelos tipos flexível em gel. Medidas aproximadas: 13cm x 10 cm x 8cm (250ml).	UN	12	R\$ 161,67	R\$ 1.940,04
8	359501	Braçadeira hospitalar - Altura regulável por mandril, haste zincada, base de ferro chato em pintura epoxi, concha inox, estofada. Altura mínima aproximada: 86 cm. Altura máxima aproximada: 1,14m.	UN	4	R\$ 204,60	R\$ 818,40
9	299683	Cabo de bisturi nº 3 - Aço inoxidável AISI; Número 3.	UN	11	R\$ 14,00	R\$ 154,00
10	299116	Cabo de bisturi nº 4 - Aço inoxidável AISI; Número 4.	UN	11	R\$ 13,33	R\$ 146,63
		Cadeira de banho - Cadeira de banho				

11	438187	confeccionada em aço carbono ideal para uso sanitário e chuveiro. Assento sanitário removível, encosto em nylon, apoio para os braços fixos apoio para os pés fixos, freios bilaterais rodas traseiras aro 06 giratórias com pneus maciços rodas dianteiras aro 06 com pneus maciços posicionadas na parte interna da cadeira	UN	4	R\$ 310,00	R\$ 1.240,00
12	420062	Cadeira de rodas - Fabricada em aço carbono, com assento/encosto em nylon, dobrável, freios bilaterais, aro impulsor bilateral, apoio para braços e pés fixos, rodas dianteiras aro 06" com pneus maciços e rodas traseiras aro 24" em nylon com pneus infláveis.	UN	6	R\$ 824,90	R\$ 4.949,40
13	108898	Caixas de medicação com divisória - Caixa organizadora transparente com 20 divisões de divisórias móveis. Material: plástico durável, Tamanho: 33 x 24 x 4,9cm.	UN	15	R\$ 39,43	R\$ 591,45
14	380906	Carrinho de curativo - Estrutura em tubo de aço inox com ¾" de diâmetro. 3 bandejas em chapa de aço inox escovado com grades de proteção. Puxadores nos dois lados do carrinho. Acompanhado de bacia de aço inox e balde de aço inox. Chapa de aço inox com espessura de 1mm, com dobras rebatidas. Pára choque em plástico nos 4 cantos inferiores. Rodízios de 75mm de diâmetro com garfo em nylon e banda de rodagem em poliuretano, sendo 2 sem trava e 2 com trava de fácil acionamento. Acabamento aço inox escovado.	UN	9	R\$ 1.082,25	R\$ 9.740,25
15	385757	Coletor de urina Feminino - Comadre de Inox. Altura do produto (cm) 8,00. Largura do produto (cm) 30,00. Profundidade do produto (cm) 40,00. Peso líquido (Kg) 0,640.	UN	2	R\$ 138,59	R\$ 277,18
16	385777	Coletor de urina Masculino - Papagaio em Aço Inoxidável; Utilizado para coletar urina em pacientes do sexo masculino; Auxílio às pessoas com dificuldades de locomoção. Embalagem: 10 x 30 x 10 cm (Largura X Comprimento X Altura).	UN	9	R\$ 97,73	R\$ 879,57
17	439207	Cuba redonda - Cuba uso hospitalar, material: aço inox, formato: redondo, capacidade: cerca de 500 ml.	UN	10	R\$ 18,92	R\$ 189,20
18	439213	Cuba rim - Aço inoxidável AISI; Tamanho: 8cm X 4cm; Volume 150ml.	UN	9	R\$ 36,99	R\$ 332,91
19	434825	Esfigmomanômetro - Composto de manômetro aneroide, com visor graduado de 0 a 300 mmhg, braçadeira em tecido sintético resistente e fecho com encaixes metálicos, com braçadeiras e manguitos nos tamanhos 1,2,3,4, Pêra sem emendas, borracha especial tratada termicamente, resistente, vedação perfeita, válvula de metal permitindo a retenção e esvaziamento do ar para tubos conectores de borracha, acondicionados em bolsa de courvin.	UN	16	R\$ 106,55	R\$ 1.704,80
		Estetoscópio - Com duo-som adulto e infantil, em plástico resistente; acabamento				

20	438922	sem rebarbas; conjunto auricular em metal cromado, resistente e flexível na curvatura do tubo "Y"; auscultador duplo, adulto, com sino ford e diafragma resistente e de alta sensibilidade para ausculta cardiopulmonar, que permita um máximo de escuta de sons do paciente e um mínimo de escuta de sons ambientais. Diafragmas e campânula, olivas anatômicas de material confortável aos ouvidos; acabamento sem rebarbas, recambiável e lavável: Aros anti-frio para evitar desconforto ao tocar o paciente.	UN	14	R\$ 95,98	R\$ 1.343,72
21	454793	Faixas para imobilização na prancha de transporte de emergência - Para colocação em prancha rígida onde fixará a vítima a ser socorrida ou transportada da melhor forma possível. Confeccionado em fitas de 100% poliamida preta e coloridas em 50mm de largura.	UN	9	R\$ 64,28	R\$ 578,52
22	445575	Garrote com trava - Material utilizado para garrotear membros superiores nos procedimentos de coleta de sangue. INDICAÇÃO exames sorológicos, bioquímicos em geral, drogas terapêuticas e hormônios. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Confeccionados em tecido elástico Trava com 2 estágios: 1º – alívio 2º – retirada - Antialérgico.	UN	20	R\$ 8,71	R4 174,20
23	381138	Lanterna clínica , confecção em alumínio, tipo led, equipamento utilizado para melhorar a visibilidade, Deve ser construída em alumínio, alimentação com pilha de 1,5V.	UN	14	R\$ 41,53	R\$ 581,42
24	404730	Maleta para transporte de medicamentos com 3 bandejas - Caixa organizadora com 3 bandejas basculantes, resistente. Ideais para organizar medicamentos instrumentos cirúrgico e kits primeiro socorros, e diferentes objetos. A caixa multiuso 14,4 polegadas, fabricada em polipropileno de alta qualidade. Dimensões: 37 cm x 19 cm x 19 cm aproximadamente	UN	9	R\$ 124,52	R\$ 1.120,68
25	411072	Maletas odontológicas (itinerante - para todas as unidades) - Equipamento odontológico de quatro pontas compatíveis com todos os equipamentos fundamentais e indispensáveis para o atendimento de um paciente, visando permitir um atendimento com eficiência e produtividade. Composição: seringa tríplice, Terminal de encaixe de alta rotação, Terminal de encaixe micromotor, sugador, reservatório de água, pedal , equipo odontológico portátil modular, esgoto e Mangueira de conexão. Equipo Destacável: Seringa Tríplice / Sugador de saliva / Encaixes Bordem para caneta de Micromotor / Encaixes Bordem para caneta de Alta Rotação / Mangueira para expurgo / Reservatório de água / Mangueira natural que interliga o ar do compressor as canetas, proporcionando a locomoção apenas do	UN	2	R\$ 4.008,44	R\$ 8.016,88

		equipo destacável. Maleta: alumínio, aproximadamente medindo: 29 cm de comprimento, 12 cm altura, 43 cm largura, peso 3,600 kg.				
26	447083	Muleta Axilar de Alumínio com apoios em madeira, Altura mínima: 1,10m, Altura máxima: 1,44m Ponteira de borracha para maior aderência ao solo Resistente e segura para pessoas com até 100 Kg 3 a 5 níveis de regulagem de altura.	UN	10	R\$ 83,02	R\$ 830,20
27	415929	Nebulizador, tipo portátil compacto e portátil, sistema super flow bivolt. Alimentação 220 Volts – 60HZ.	UN	8	R\$ 205,00	R\$ 1.640,00
28	272118	Negatoscópio, o equipamento deve possuir botão interruptor liga- desliga, suporte para fixação em parede, prendedores de chapa radiográfica e demais dispositivos que sejam necessários ao seu pleno funcionamento. O equipamento deve disponibilizar uma luminancia de pelo menos 1500 NITS, por cada corpo do negatoscópio. Dimensões mínimas: 730mm (comprimento) x 1000mm(largura); Dimensões mínimas da área de leitura:710mm (comprimento) x 410mm ( altura).	UN	8	R\$ 472,00	R\$ 3.776,00
29	343803	Otoscópio, com cabo em aço inoxidável, para pilhas médias recarregáveis, cabeçote para espéculo com lâmpada, regulador de alta e baixa luminosidade e encaixe para visor sobressalente, visor articulado ao cabeçote e móvel, 05 espéculos antirreflexo com encaixe de metal cromado, reutilizáveis e em diferentes calibres, acompanha lâmpada e visor sobressalente, e espéculos descartáveis nas seguintes quantidades e medidas: 05 espéculos de 02mm de diâmetro externo, 05 espéculos de 03 mm de diâmetro externo, 03 espéculos de 04 mm de diâmetro externo, 03 espéculos de 05 mm de diâmetro externo.	UN	12	R\$ 364,75	R\$ 4.377,00
30	467759	Pinça Allis curva com dentes - Pinça aliss curva. Medida: 15cm. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável.	UN	8	R\$ 33,91	R\$ 271,28
31	472078	Pinça Allis longa com dentes - Pinça Allis Medidas: 20cm, cm 5 x 6 Dentes. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável, com garras.	UN	8	R\$ 65,97	R\$ 527,76
32	468148	Pinça Anatômica - Confeccionada em Aço inoxidável AISI, 14cm serrilhada.	UN	12	R\$ 16,50	R\$ 198,00
33	467996	Pinça dente de rato - Confeccionada em Aço inoxidável AISI; 14 cm.	UN	13	R\$ 16,03	R\$ 208,39
34	467834	Pinça Kelly - Confeccionada em Aço inoxidável; 16 cm.	UN	11	R\$ 35,70	R\$ 392,70
35	467803	Pinça Kocher reta longa - Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Possui dentes e serrilha. Tamanho: 20 cm.	UN	11	R\$ 66,57	R\$ 732,27
36	467799	Pinça Kocher reta curta - Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420;	UN	11	R\$ 35,62	R\$ 391,82

		Possui dentes e serrilha. Tamanho: 14 cm.				
37	471145	Porta agulha de mayo-hegar - Confeccionada em Aço inoxidável; 14 cm.	UN	9	R\$ 27,20	R\$ 244,80
38	421129	Prancha (imobilizadora) para transporte de paciente, com tirantes - Kit Prancha Resgate completo em Polietileno com Imobilizador de Cabeça e 3 Tirantes Características Prancha:Projetada para o transporte manual de vitimas de acidentes; Dimensionada para suportar vítimas com peso ate 180 kg; Rígida, leve e confortável; Possui pegadores amplos para facilitar o uso com luvas; Design em ângulo para melhor acomodação do paciente; Translúcida, para o uso em Raio-X e Ressonância Magnética; Possui aberturas específicas para facilitar a imobilização da vítima; Observação: A Prancha de Imobilização possui aberturas espeíficas para utilização do cinto de segurança estilo aranha, imobilizador de cabeça (coxins) como acessórios. Dimensões: Comprimento aberta: 1850 mm; Largura aberta: 450 mm; Altura máxima: 70 mm; Peso líquido: 6,5 kg; Capacidade de carga: 180 kg Características Imobilizador de Cabeça (tipo Head Block): Imobilizador de Cabeça (COXIM): Confeccionado em ABS, resistente a impactos; utilizado em conjunto com prancha de imobilização; anatômico, regulagem com velcro, base com regulagem. Produzido em material totalmente impermeável e lavável. é composto por uma base para fixação na prancha, blocos laterais ajustáveis e refis de testa e queixo. Utilizado para imobilizar a cabeça da vitima.Confeccionado em espuma vinil emborrachada.Possui dois cintos imobilizadores reguláveis para testa e queixo do paciente a imobilizar.Preso em velcro ao tecido que veste a tábua (prancha) de resgate em qualquer largura.Base fixada na prancha 40 x 25 cm.Laterais fixadas na base 25 x 16 x 0,9 cm. Orifício auricular para verificar de sangramento, 80 mm.Lavável Impermeável. Características Tirantes: Cinto para prancha de regaste em nylon resistente com 3 peças coloridas. Fecho em nylon modelo Tic-Tac de alta resistência e material especial para uso no Raio-X.	UN	7	R\$ 521,66	R\$ 3.651,62
39	469638	Talas de imobilização aramadas (kit com 4 tamanhos) - Jogo de talas aramadas, confeccionada em espuma do tipo EVA, na cor padrão de identificação universal. Tamanhos: P 0,53 x 0,08 M 0,63 x 0,09 G 0,86 x 0,10m GG 1,02 x 0,12m.	UN	12	R\$ 50,59	R\$ 607,08
40	471597	Tesoura curva curta - Usada para retirada de pontos/suturas. Tesoura Spencer 14cm, Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	UN	12	R\$ 44,90	R\$ 538,80
41	473135	Tesoura curva longa - Usada para retirada de pontos/suturas. Tesoura Spencer 9cm, Produto Confeccionado em Aço Inoxidável	UN	12	R\$ 37,29	R\$ 447,48

		AISI-420.				
42	471717	Tesoura reta curta ponta fina - Tesoura Cirúrgica Reta para uso geral. Especificações: Em aço inoxidável, 8cm.	UN	10	R\$ 29,44	R\$ 294,40
43	471567	Tesoura reta longa ponta fina - Tesoura Cirúrgica Reta para uso geral. Especificações: Em aço inoxidável, 17cm.	UN	10	R\$ 32,41	R\$ 324,10
44	471637	Tesoura reta longa ponta romba - Produto confeccionado em aço Inoxidável, 15 cm, Reta, Ponta Romba/Romba.	UN	11	R\$ 30,02	R\$ 330,22
45	150213	Venoscópio (localizador de veias) - Trata-se de um aparelho destinado a localizar veias utilizando-se da técnica da transiluminação cutânea que consiste na emissão de feixes de luz intensa através de potentes Leds. Portátil e não requer ligação à rede elétrica. Formato anatômico e confortável para um perfeito manuseio e melhores diagnósticos. Dimensões a proximadas do produto - cm (AxLxP) 21x21x16. Função: localizar com facilidade as veias do corpo.	UN	11	R\$ 1.420,44	R\$ 15.624,84
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 109.843,11</b>



Documento assinado eletronicamente por **CARINA RIBEIRO FREITAS PRESTES DA COSTA - Matr.0221352-4, Subsecretário(a) de Administração Geral-Substituto(a)**, em 26/07/2021, às 13:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
 verificador= **66405122** código CRC= **B87A0BC2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Central - Bairro Asa Norte - CEP 70631-900 - DF

32130712



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**Contrato para Aquisição de Bens pelo Distrito Federal nº \_\_\_/2021-SEJUS, nos termos do Padrão nº 07/2002.**

**Processo nº 0417-000507/2017.**

**SIGGO nº XXXXX**

### Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA**, inscrita no CNPJ nº 08.685.528/0001-53, com sede em SAAN, Comércio Local - Quadra 01, Lote C – Brasília – DF, CEP: 70631-900 – Brasília/DF, representado por \_\_\_\_\_, na qualidade de Secretário Executivo, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentaria, Financeira e Contábil do Distrito Federal, e fundamento na Portaria SEJUS nº 141, de 05 de julho de 2019, publicada no DODF nº 127, de 09 de julho de 2019, e a empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada Contratada, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, inscrita no CPF nº \_\_\_\_\_, Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, na qualidade de \_\_\_\_\_, firmam o que se segue:

### Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_/2021-SEJUS (\_\_\_\_\_), do Termo de Referência (52836807), da Proposta da Contratada (\_\_\_\_\_), da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos de saúde para qualificar os atendimentos realizados aos adolescentes do sistema socioeducativo que se encontram nas Unidades de Atendimento Inicial, Unidades de Internação e Unidade de Internação Provisória, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (52836807), no Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_/2021-SEJUS (\_\_\_\_\_) e na Proposta da Contratada (\_\_\_\_\_), que passam a integrar o presente Termo.

Item	Descrição	Quantidade (Und)	Valor Unitário	Valor Total
1	AUTOCLAVE Marca/Modelo:	2		
2	AMBU Adulto (Reanimador Manual) Marca/Modelo:	8		
3	APARELHO DE ELETROCARDIOGRAMA Marca/Modelo:	4		
4	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA Marca/Modelo:	8		

5	BALANÇA DIGITAL Marca/Modelo:	7		
6	BANDEJA PARA MEDICAÇÃO Marca/Modelo:	17		
7	BOLSA TÉRMICA Marca/Modelo:	12		
8	BRAÇADEIRA HOSPITALAR Marca/Modelo:	4		
9	CABO DE BISTURI Nº 3 E 4 Marca/Modelo:	11		
10	CADEIRA DE BANHO Marca/Modelo:	4		
11	CADEIRA DE RODAS Marca/Modelo:	6		
12	CAIXAS DE MEDICAÇÃO COM DIVISÓRIA Marca/Modelo:	15		
13	CARRINHO DE CURATIVO Marca/Modelo:	9		
14	COLETOR DE URINA FEMININO Marca/Modelo:	2		
15	COLETOR DE URINA MASCULINO Marca/Modelo:	9		
16	CUBA REDONDA Marca/Modelo:	10		
17	CUBA RIM Marca/Modelo:	9		
18	ESFIGNOMANÔMETRO Marca/Modelo:	16		
19	ESTETOSCÓPIO Marca/Modelo:	14		
20	FAIXAS PARA IMOBILIZAÇÃO NA PRANCHA DE TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA Marca/Modelo:	9		
21	GARROTE COM TRAVA Marca/Modelo:	20		
22	GLICOSÍMETRO Marca/Modelo:	18		
23	LANTERNA CLÍNICA Marca/Modelo:	14		
24	MALETA PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTOS COM 3 BANDEJAS Marca/Modelo:	9		
25	MALETAS ODONTOLÓGICAS Marca/Modelo:	2		
26	MULETAS Marca/Modelo:	10		
27	NEBULIZADOR Marca/Modelo:	8		
28	NEGATOSCÓPIO Marca/Modelo:	8		
29	OTOSCÓPIO Marca/Modelo:	12		
30	PINÇA ALISS CURVA COM DENTES Marca/Modelo:	8		



31	PINÇA ALISS LONGA COM DENTES Marca/Modelo:	8		
32	PINÇA ANATÔMICA Marca/Modelo:	12		
33	PINÇA DENTE DE RATO Marca/Modelo:	13		
34	PINÇA KELLY Marca/Modelo:	11		
35	PINÇA KOCHER RETA LONGA Marca/Modelo:	11		
36	PINÇA KOCHER RETA CURTA Marca/Modelo:	11		
37	PORTA AGULHA DE MAYO-HEGAR Marca/Modelo:	9		
38	PRANCHA (IMOBILIZADORA) para transporte de paciente, com tirantes Marca/Modelo:	7		
39	TALAS DE IMOBILIZAÇÃO ARAMADAS (kit com 4 tamanhos) Marca/Modelo:	12		
40	TESOURA CURVA CURTA Marca/Modelo:	12		
41	TESOURA CURVA LONGA Marca/Modelo:	12		
42	TESOURA RETA CURTA PONTA FINA Marca/Modelo:	10		
43	TESOURA RETA LONGA PONTA FINA Marca/Modelo:	10		
44	TESOURA RETA LONGA PONTA ROMBA Marca/Modelo:	11		
45	VENOSCÓPIO (localizador de veias) Marca/Modelo:	11		
<b>Valor Total</b>			<b>R\$</b>	

#### Cláusula Quarta – Da Forma de Fornecimento

4.1 A entrega dos equipamentos deverá ser realizada em remessa única, com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do Contrato, conforme especificação contida no Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_/2021-SEJUS (\_\_\_\_\_) e a Proposta da Contratada (\_\_\_\_\_), facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas no § 1º, art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

4.2 s equipamentos deverão ser entregues para recebimento na sede do órgão, no endereço - Almoarifado Central da Secretaria de Justiça e Cidadania do DF, localizado no SAAN Qd. 01 Lote Comercial "C" – Brasília/DF – CEP 70.632-100, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira.

4.3 O recebimento será realizado:

4.3.1 **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes no Termo de Referência (52836807).

4.3.2 **Definitivamente**, no prazo máximo de **07 (sete) dias** contados a partir do recebimento provisório, após verificação de sua compatibilidade com as especificações descritas no Termo de Referência e sua consequente aceitação mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

4.4 Caso após o recebimento provisório constatar-se que os equipamentos possuem vícios aparentes

ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema.

4.6 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos por lei ou por este instrumento.

#### **Cláusula Quinta – Do Valor**

5.1 O valor total do Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), devendo a importância de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

#### **Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária**

6.1 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 44.101

II – Programa de Trabalho: 14.243.6211.2461.0004 - Apoio às Ações Intersectoriais de Proteção Especial de Crianças e Adolescentes - FDCA

III – Natureza da Despesa: 33.90.30 e 44.90.52

IV – Fonte de Recursos: 100

6.2 O empenho inicial é de \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_), conforme Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, emitida em \_\_\_\_\_, sob o evento nº \_\_\_\_\_, na modalidade \_\_\_\_\_.

#### **Cláusula Sétima – Do Pagamento**

7.1 O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada **até 30 (trinta) dias** de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.1.1 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes comprovantes:

a) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social — CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS - demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

d) Prova de regularidade fiscal perante a Secretaria de Estado de Fazenda local ou Órgão similar — CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de regularidade fiscal perante o Superior Tribunal do Trabalho — CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS - demonstrando situação regular no cumprimento dos direitos trabalhistas;

f) As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em duas vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

7.2 O atraso na entrega da Nota Fiscal ou Fatura e dos documentos elencados na Cláusula 7.1.1., constituirá fato impeditivo do pagamento correspondente.

7.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou ocorrência de fato impeditivo para a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.4 Para fins de pagamento, deverá ser observado o Decreto n.º 32.767/2011, o qual exige que pagamentos referentes a créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) sejam feitos através de conta corrente em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A - BRB.

#### **Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência**

O contrato terá vigência 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

#### **Cláusula Nona – Da Garantia**

9.1 Os equipamentos deverão dispor de garantia de, no mínimo, **3 (três) meses**, contra defeitos de fabricação, montagem e funcionamento decorrente de desgastes prematuros durante a operação e emprego normais, a contar da data do recebimento definitivo.

9.2 Prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pelo citado normativo.

9.3 Quando da entrega dos bens, a empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

9.4 Quanto a assistência técnica:

9.4.1 A Contratada se obriga dentro do prazo de no mínimo 3 (três) meses a prestar garantia contra defeito de fabricação, sem qualquer ônus adicional para esta Secretaria, contados a partir do seu recebimento definitivo.

9.4.2 Os equipamentos ofertados deverão dispor de assistência técnica autorizada/credenciada em todo o Distrito Federal.

9.4.3 A licitante vencedora deverá, quando da assinatura do Contrato, indicar o(s) nome(s) da(s) empresa(s) credenciada/autorizada(s) pelo fabricante, para prestação dos serviços em garantia dos equipamentos.

#### **Cláusula Décima – Da Responsabilidade do Distrito Federal**

10.1 O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

10.2 Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

10.3 Fiscalizar o fornecimento do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

10.4 Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente o fornecimento do objeto contratual.

10.5 Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.6 Aplicar as penalidades previstas em Lei e no Termo de Referência.

#### **Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada**

11.1 A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I - Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II - Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 Fornecer os equipamentos NOVOS E DE PRIMEIRO USO conforme especificações do Termo de Referência e do Instrumento Convocatório, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

11.5 Manter durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.6 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

11.7 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

11.8 Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

11.9 Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.10 Os equipamentos que forem entregues em desacordo com o especificado deverão ser substituídos pela contratada em até 30 (trinta) dias e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.

11.11 Cumprir as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

11.12 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes de defeitos de fabricação ou outros vícios constatados nos produtos.

11.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.14 A contratada fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.449, de 12 de janeiro de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

11.15 Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

#### **Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual**

12.1 Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

#### **Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades**

13.1 O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem

prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

13.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos moldes do artigo 87 da Lei 8666/93:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.3 O não cumprimento integral das obrigações assumidas sujeitará a Contratada também, garantida a prévia defesa, às sanções administrativas e demais penalidades previstas no Decreto nº 26.851/06.

#### **Cláusula Décima Quarta – Da Dissolução**

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

#### **Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão**

15.1 O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Instrumento Convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos art. 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

#### **Cláusula Décima Sexta – Dos Débitos para com a Fazenda Pública**

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

#### **Cláusula Décima Sétima – Do Executor**

17.1 O Distrito Federal, por meio de Ordem de Serviço designará um Executor ou Comissão para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

17.2 O acompanhamento e fiscalização da aquisição dos bens consistem na verificação da conformidade do fornecimento, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por comissão designada, na forma dos art. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993 e dos Decretos nº 32.598/2010 e nº 32.753/2011.

#### **Cláusula Décima Oitava – Da Publicação e do Registro**

18.1 A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do

instrumento pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

18.2 A súmula deste instrumento deve ser publicada no Portal da Transparência, com informações referentes ao valor, ao objeto, à finalidade, à duração e ao prazo de vigência do contrato, bem como o nome ou a razão social do fornecedor do produto, da obra ou do serviço, conforme dispõe a Lei Distrital nº 5.575/2015.

### **Cláusula Décima Nona – Do Cumprimento ao Decreto 34.031/2012, e às Leis 5.448/2015 e 5.061/2013**

19.1 Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, pelo telefone 0800-6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012). (Parecer nº 330/2014-PROCAD/PGDF).

19.2 É proibido o uso ou o emprego de conteúdo discriminatório contra a mulher, que incentive a violência contra a mulher, que exponha a mulher a constrangimento, que seja homofóbico, ou que represente qualquer tipo de discriminação para a execução do objeto desta licitação, constituindo motivo para rescisão de contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos do art. 1º e 2º da Lei nº 5.448/2015.

19.3 É proibida a utilização de mão de obra infantil para a execução do objeto desta contratação.

19.3.1 O uso ou emprego da mão de obra infantil para a execução do objeto desta contratação constitui motivo para a rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos da Lei nº 5.061/2013.

### **Cláusula Vigésima - Do Foro**

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Pelo Distrito Federal:

Pela Contratada:



Documento assinado eletronicamente por **JALLES GONÇALVES DOS REIS - Matr.1431283-2, Diretor(a) de Contratações**, em 27/04/2021, às 08:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SAVIO HENRIQUE GERALDO DA MOTA - Matr.0245102-6, Técnico(a) Socioeducativo(a)**, em 27/04/2021, às 10:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&verificador=60590377](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=60590377) código CRC= **25E9D233**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Central - Bairro Asa Norte - CEP 70631-900 - DF

